

## Arquivo Público dá orientações sobre descarte de documentos sem valor

Detran-DF foi o primeiro órgão público a eliminar 800 metros de notificação com validade vencida. Material é encaminhado para reciclagem

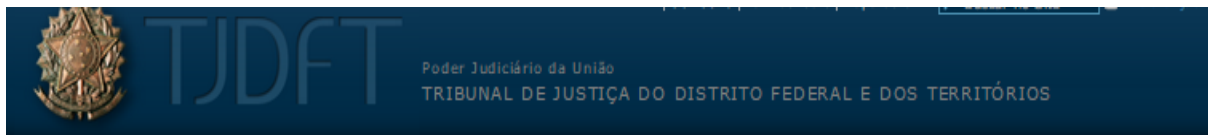
Saulo Araújo, da Agência Brasília

12 de maio de 2015 - 10:30



A imagem de prateleiras e gavetas abarrotadas de documentos antigos em órgãos do governo de Brasília se tornou comum. Porém, uma iniciativa do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) começa a desafogar secretarias, autarquias, administrações regionais e outras unidades que integram o Executivo local. O Departamento de Trânsito (Detran-DF) foi o primeiro a eliminar papéis sem valor. Na quarta-feira (6), quase 800 metros de avisos de recebimento de multas expiradas em 2012 foram encaminhados para a Associação de Catadores de Papéis do Plano Piloto.

Fonte: <http://www.df.gov.br/conteudo-agencia-brasilia/item/19318-arquivo-p%C3%ABlico-d%C3%A1-orienta%C3%A7%C3%B5es-sobre-descarte-de-documentos-sem-valor.html>


[PRINCIPAL](#)
[INSTITUCIONAL](#)
[SERVIÇOS](#)
[PUBLICAÇÕES](#)
[TRANSPARÊNCIA](#)

[PRINCIPAL](#) > [PUBLICAÇÕES](#) > [PUBLICAÇÕES OFICIAIS](#) > [EDITAIS DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ÁREA-FIM](#) > 2015 > [EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS 4/2015](#)

## EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS 4/2015



**Poder Judiciário da União**  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**  
 Comissão Permanente de Avaliação Documental - Área Judicial

### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS 4/2015

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental - Área Judicial, designado pela Portaria nº 1.168, de 29/07/2014, publicada no Diário de Justiça Eletrônico, n. 138, fls. 05, em 31/07/2014, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos de N.º 4/2015, aprovada pelo Exmo. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, por intermédio do documento supracitado, faz saber a quem possa interessar que a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico, se não houver oposição, a Secretaria de Gestão Documental, por intermédio da Subsecretaria de Gestão de Arquivo Intermediário eliminará os documentos relativos a autos de processos judiciais, do período de 1980 a 2011, do 2ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária do Gama, de acordo com a listagem abaixo:

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças dos respectivos processos no Arquivo Intermediário das Cidades Satélites/SUGAI, localizado no SAAN Quadra 4, lotes 765/1015, mediante petição dirigida à Comissão Permanente de Avaliação Documental - Área Judicial do Tribunal de Justiça do DF e Territórios.

[Relação de Documentos Judiciais Destinados à Eliminação - Edital 4/2015](#)

Brasília, 2 de março de 2015.

**Álvaro Luis de A. S. Ciarlini**  
 Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental - Área Judicial

## Cidades.

Publicação: Terça-feira, 12/05/2015 às 15:57:12

Seja o primeiro a comentar [Compartilhar](#) [Curtir](#) 91 [G+](#) 0 [Tweet](#) 1 [A+](#) [A-](#)

### Arquivo Público dá orientações sobre descarte de documentos sem valor

Detran-DF foi o primeiro órgão público a eliminar 800 metros de notificação com validade vencida. Material é encaminhado para reciclagem

A imagem de prateleiras e gavetas abarrotadas de documentos antigos em órgãos do governo de Brasília se tornou comum. Porém, uma iniciativa do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) começa a desafogar secretarias, autarquias, administrações regionais e outras unidades



que integram o Executivo local. O Departamento de Trânsito (Detran-DF) foi o primeiro a eliminar papéis sem valor. Na quarta-feira (6), quase 800 metros de avisos de recebimento de multas expiradas em 2012 foram encaminhados para a Associação de Catadores de Papéis do Plano Piloto.



### CATI integra projeto pioneiro sobre gestão documental

Arquivar documentos são atividades cotidianas para os funcionários da área administrativa da CATI. Porém, classificá-los quanto à importância histórica e factual, bem como manusear documentos antigos com as técnicas adequadas para mantê-los em bom estado, requer conhecimentos específicos. Para suprir essa necessidade, no dia 13 de novembro foi realizado um treinamento para representantes das 40 Regionais e dos órgãos centrais da instituição. Ministrado por Josival Soares da Silva, diretor técnico do Centro de Arquivo Administrativo, do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp/Casa Civil), a capacitação em Classificação de Documentos e Aplicação de Tabela de Temporalidade, disponibilizou novas metodologias de arquivamento. "A modernização do sistema de gestão de documentos traz ganhos consideráveis para o poder público, não apenas na otimização do trabalho diário, como também na redução dos custos com a manutenção. Um exemplo de que nem sempre guardar todo papel produzido é o correto, foi relatado em um dos cursos que temos ministrado. Uma funcionária foi orientada a imprimir e guardar todos os e-mails recebidos nos últimos dez anos. Ao ser questionada sobre a utilização, ela informou que as folhas guardadas em caixas que ocupam um enorme espaço, nunca foram requisitadas", esclarece Josival.



Fonte: [www.cati.sp.gov.br/new/produtos/publicacoes/cationline/259/col259.php](http://www.cati.sp.gov.br/new/produtos/publicacoes/cationline/259/col259.php)

Portal do Governo | Cidadão.SP | Investe SP | SP Global | Destaques:  OK

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO

Webmail | Intranet

**CATI** COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL

Principal | Institucional | Editais | Ouvidoria

GOVERNO DE  
**BRASÍLIA**

PORTAL BRASÍLIA    OUVIDORIA GERAL    CIDADÃO    EMPRESAS    SERVIDOR    AGÊNCIA BRASÍLIA

ArPDF    **PESQUISAR** Digite sua busca aqui

**Arquivo Público do Distrito Federal**

f    b

**INÍCIO**    **SOBRE O ARQUIVO**    **NOTÍCIAS**    **IMPRESA**    **GESTÃO DE DOCUMENTOS**

Quarta, 19 Novembro 2014

## Parceria para preservar a história jurídica do DF



### ArPDF arquivará documentação produzida pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal entre 1961 e 1980

A documentação arquivística acumulada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) entre os anos de 1961 a 1980, quando foi iniciado o processo de consolidação de Brasília e do DF na região do planalto central do Brasil, já começou a ser preparada para ser recolhida por meio de uma parceria entre o órgão e o Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). O acervo documental da instituição representa parte da história jurídico-administrativa do DF e reflete as relações do Estado com a sociedade local.

"São documentos de caráter público, acumulados a partir do exercício das atividades-fim da PGDF, compõem um conjunto das ações judiciais que envolveram o DF e que foram utilizados como uma espécie de 'prontuário médico' de cada uma das ações", informa a Superintendente do Arquivo Público do Distrito Federal, Marta Célia Bezerra Vale. "Contém todos os dados e informações que nortearam tais ações e revelam todo o trâmite de cada feito", completa.

Para esse início dos trabalhos, a PGDF disponibilizou uma equipe de seus colaboradores do Programa Jovem Candango, composta por estudantes do Ensino Fundamental e um servidor, todos lotados no Arquivo Geral do órgão, onde se encontra o conjunto documental que será trabalhado pelo Arquivo Público, para realizarem as atividades técnicas que antecedem o recolhimento de documentos, recomendadas pelos servidores do ArPDF.

**Etapas** - Entre as ações inicialmente previstas, está a higienização de documentos, que consiste na retirada de poeira, metais, fitas adesivas e demais objetos estranhos aos documentos; o acondicionamento dos documentos, com a respectiva substituição de caixas arquivos danificadas ou em péssimo estado de conservação; a identificação dos documentos, com a respectiva elaboração de espelhos de caixa arquivo, contendo informações referenciais básicas dos documentos, tais como: tipo de documento, número, ano de produção, assunto ou interessado e, por último, a indexação/descrição dos documentos, que vai consistir na elaboração de listagem descritiva da documentação a ser recolhida contemplando informações referenciais básicas dos documentos.

O Arquivo Público contribuirá com a PGDF disponibilizando técnicos do órgão para orientar todo o trabalho, visando assegurar as condições técnicas mínimas para a realização do recolhimento proposto. Futuramente, após o recolhimento ao ArPDF, este acervo documental receberá o devido tratamento técnico aplicado a documentos históricos para posterior disponibilização das informações ao público, observadas as prescrições da Lei de Acesso à Informação (LAI) federal, nº 12.527/2011, cuja regulamentação no âmbito do DF se dá por meio da Lei Distrital nº 4.990/2012, considerando ainda a Lei Federal 8.159/1991 e a Constituição Federal.

**VÍDEOS****1) Incêndio destrói arquivo na Prefeitura de Rolândia**

YOUTUBE

ENDEREÇO: <https://www.youtube.com/watch?v=o3RMqMFComg>**2) Arquivo Corregedoria**

Tribunal de Justiça de Alagoas

YOUTUBE

ENDEREÇO: <https://www.youtube.com/watch?v=1nyr3OaTVeg>**3) Inauguração – Arquivo Geral**

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

YOUTUBE

ENDEREÇO: <https://www.youtube.com/watch?v=gf2oOmBFrNM>**4) Mr. Bean – Library**

YOUTUBE

ENDEREÇO: <https://www.youtube.com/watch?v=RyDYohiMZy8>